



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Alex Carneiro

MULTICULTURALISMO EM PERSPECTIVA:
ascensão, declínio e a experiência multiculturalista brasileira.

Dezembro/2019
Rio de Janeiro

ALEX CARNEIRO

**MULTICULTURALISMO EM PERSPECTIVA:
ascensão, declínio e a experiência multiculturalista brasileira.**

Trabalho de Conclusão de curso apresentado como requisito à obtenção do diploma em bacharelado em História, ao Departamento de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, sob orientação do Professor Dr. Flaviano Bugatti Isolan.

Dezembro/2019
Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução	3
Capítulo 1. Multiculturalismo: um mapeamento teórico	7
1.1 Contexto de Surgimento	8
1.2 Formas de Multiculturalismo	11
Capítulo 2. O Declínio do Multiculturalismo	16
2. 1 Experiências	18
2.2 As pré-condições para a cidadania multicultural	20
Capítulo 3. A Lei 10.639/03, e as ações afirmativas, um projeto de multiculturalidade à brasileira	22
3.1 Antecedentes	22
3. 2 Desafios	23
Considerações Finais	28
Fontes e Bibliografia	31

Introdução

Durante as últimas décadas do século XX o “multiculturalismo” foi tema de inúmeras discussões políticas e acadêmicas, tendo ido desde o louvor como modelo ideal para as nações modernas democráticas, até mais recentemente a sua crise frente ao crescente conservadorismo xenófobo nas nações europeias.

Desde o fenômeno americano de guerra ao terror e o asseveramento de atentados pela Europa associados a comunidades extremistas islâmicas, houve uma necessidade real das forças políticas, através do discurso multiculturalista, de apaziguar as manifestações de ódio, racismo e repressão gerados muitas vezes pelo estranhamento entre culturas. O ideário multiculturalista, porém, antecede este fenômeno, mas ganha nova luz em vista dos acontecimentos políticos do início do século XXI. Dentro da agenda política internacional no contexto da Europa Ocidental e dos Estados Unidos cresceu a vontade de caminhar para uma sociedade multicultural, no sentido de responder aos conflitos gerados por uma sociedade que não se entendia enquanto plenamente homogênea, e sim formada por diferentes comunidades culturais. Seja por movimentos migratórios em direção a países do Ocidente intensificados por conflitos locais, por um movimento migratório crescente pós-colônia no sentido colônia-metrópole, por grupos separatistas que demandam mais autonomia dentro de um Estado, por grupos nativos do território ou mesmo por um passado escravista que se perpetua enquanto uma perene desigualdade social; o multiculturalismo tem mantido ainda em pauta o debate acerca da possibilidade de integração dos culturalmente excluídos ou sujeitos subalternos e se, de fato, o “multiculturalismo”, enquanto um conjunto de ações orientadoras de políticas é capaz de suprir as necessidades de democratizar as sociedades multiétnicas e sobretudo de promover o convívio pacífico entre diferentes culturas.

Não obstante, o “multiculturalismo” não se constitui como estabelecido nem academicamente, nem enquanto norteador dos criadores de medidas políticas. Alguns de seus críticos afirmam que o universalismo ocidental, estabelecido no iluminismo, deve sobrepujar o particularismo de raiz étnica e racial, de forma que sua mudança implica no retrocesso da “Modernidade” ao “Tradicionalismo”. Assim como alguns conservadores acreditam que cada vez mais a entrada de culturas distintas no território nacional irá gradualmente extinguir as peculiaridades culturais de suas nações (HALL, 2006). Nessa

esteira, a perspectiva de uma sociedade multicultural vêm recentemente entrando em crise, isso se manifesta entre outras formas com a crescente popularidade de líderes de extrema-direita pelo mundo. No Reino Unido em 2016, a retórica anti-imigração e anti-integração à União Europeia culminou na decisão pelos eleitores ingleses a favor do Brexit¹; na França em 2017, Marine le Penn líder do partido de extrema direita *Front Nacional* de agenda xenófoba termina em segundo lugar nas eleições com 34,5% dos votos; na Alemanha pela primeira vez desde a 2ª Guerra Mundial um partido de extrema direita, a AFD (Alternativa para Alemanha) conquista direitos de ter membros no parlamento e mesmo o Brasil, de forma menos expressiva que os outros, elegeu para a presidência Jair Bolsonaro conhecido por pautas polêmicas como “cura gay” e apologia a ditadura militar². Esses são alguns exemplos de países centrais na discussão acerca do multiculturalismo que demonstram de uma forma ou outra o crescimento de um “neoconservadorismo” em detrimento dos ideais multiculturais. É desse contexto que parte o intuito de compreender se ou como a alternativa oferecida pelo multiculturalismo falhou em atender as expectativas de uma sociedade livre de conflitos.

Para tornar viável a compreensão do multiculturalismo enquanto fenômeno, em um primeiro momento pretendemos realizar, através da historicização do seu campo de estudos, um breve aprofundamento no conceito de multiculturalismo, assim como entender o contexto histórico que possibilitou o seu surgimento e que tipos de conflitos esse conceito pretendia atender, e brevemente pontuar as suas diversas variantes específicas. Os principais referenciais utilizados para trabalhar o multiculturalismo foram Stuart Hall, um importante teórico do tema no Reino Unido desde a década de 1970, Peter McLaren, que através do confronto de diversas abordagens cunhou o termo *Multiculturalismo crítico*, e Michel Wieviorka, que aborda as distinções culturais e socioeconômicas dentro do multiculturalismo. Em um segundo momento, faremos uma análise do resultado das experiências práticas do Multiculturalismo, sua aplicabilidade e se seu horizonte de ações é capaz de abarcar a complexidade das sociedades contemporâneas. Para isso, utilizamos o trabalho de Wieviorka que demonstra algumas das experiências com multiculturalismo como norteador de políticas. Também aqui, analisaremos o discurso acerca da queda do multiculturalismo, sob a perspectiva de Will

1 Termo que faz referência a British Exit – Saída da Bretanha em tradução livre.

2 Por que a extrema direita cresce no mundo, segundo este estudioso

https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2017/09/29/Por-que-a-extrema-direita-cresce-no-mundo-segundo-este-estudioso?utm_source=socialbttns&utm_medium=article_share&utm_campaign=self

Kymlicka, assim como quais os desafios para o ideário multiculturalista dentro do cenário contemporâneo. Por fim, pretendemos analisar de que forma o discurso multiculturalista se manifesta no Brasil, em especial no projeto de inclusão dos temas relativos a africanidades no ensino básico brasileiro, regulamentado pela lei 10.639/03 e nos projetos de ações afirmativas enquanto forma de ampliar o acesso ao ensino superior.

Capítulo 1. Multiculturalismo: um mapeamento teórico

Um dos principais dificultadores para a análise do termo “multiculturalismo” é a sua falta de precisão, segundo Stuart Hall, seu uso passou a abranger uma variedade tão grande de significados que só poderia ser utilizado “sob rasura”(HALL, 2006), no sentido de que o termo vem designar um fenômeno que, diferentemente do que o sufixo “ismo” possa vir a indicar, não é uma teoria política a se compreender de forma monolítica. Não por acaso, as abordagens acerca do “multiculturalismo” são tão diversas quanto as culturas que pretende gerenciar.

Uma primeira observação que Hall propõe a ser feita para a compreensão do termo, é referente a distinção do “Multiculturalismo” e da “Multiculturalidade”. A multiculturalidade diz respeito a convivência de diferentes culturas, uma característica que foi mais ou menos perceptível ao longo de boa parte da história da humanidade. Uma consequência da formação dos grandes impérios era de ter sob o comando da mesma liderança política culturas diversas. Esta é portanto, mais uma característica, um dado perceptível dentro de uma sociedade. De maneira mais contemporânea, a multiculturalidade se manifesta também enquanto uma questão a ser abordada pelos governantes das sociedades modernas compostas por diferentes grupos étnicos ou culturais que pretendem coabitar um espaço em comum. O Multiculturalismo por outro lado, diz respeito a sistematização de estratégias políticas, ou mesmo os esforços teóricos de acadêmicos para administrar exatamente essa multiplicidade de culturas das sociedades(HALL, 2006), como uma resposta a produção moderna de identidades culturais com uma proposta para um procedimento político e institucional para lidar com elas.

Apesar de muitas vezes ser encarado enquanto uma teoria única e consolidada, o multiculturalismo naturalmente tem interpretações e aplicações múltiplas. Hall aponta em

“A *Questão Multicultural*”(2006) que países de tradição multicultural como França, Alemanha, Inglaterra, EUA e Brasil, são multiculturais cada um à sua própria maneira distinta, o que dificulta a sistematização de um conceito de pretensões universalizantes. O campo de estudo do multiculturalismo gera interpretações distintas tanto por conta das diferentes realidades socioeconômicas e culturais quanto pelas diferentes áreas do conhecimento que o escolhem como tema, desde Antropologia, Ciência Política, História, Pedagogia, Direito e inclusive as abordagens do Estado enquanto criador de políticas.

1.1 Contexto de Surgimento

David Goldberg em seu texto *Introduction: Multicultural Conditions* (1994) propõe que para entender os compromissos que o multiculturalismo assume, devemos entender antes contra o que esse movimento se opõe, o monoculturalismo. Segundo Goldberg, o monoculturalismo enquanto uma ideologia institucional emergiu por volta do fim do século XIX, a partir da intenção de criar uma tradição intelectual no ambiente acadêmico estadunidense antes não existente. Essa tradição se opera através da reconstrução acadêmica inspirada na produção cultural europeia, estabelecendo as suas universidades enquanto os espaços absolutos em termos de qualidade de discurso e transformando-as num espaço que produz e defende os padrões inabaláveis da verdade universal. Nesse sentido, o monoculturalismo passou a refletir e reproduzir as posturas eugênicas e racistas que estavam no cerne do Estado americano daquele momento. Não somente o monoculturalismo pretendia universalizar valores e elementos de uma única cultura, como também nega o *status* de cultura ao que não se adéqua ao seu modelo de alta cultura. Até meados do século XX essa perspectiva racializada e eurocêntrica havia se concretizado como a ideologia intelectual hegemônica, de forma que havia pouco espaço para o pensamento fora de seus padrões (GOLDBERG,1994).

Multiculturalismo surge então como uma resposta aos padrões e a corrente padronização sob a perspectiva ocidental, comprometendo-se dessa forma com a diversidade cultural. Algumas mudanças históricas críticas permitiram a emergência do multiculturalismo, uma reconfiguração das forças no globo que se manifesta em três grandes eventos: o desmonte do sistema colonial europeu, o fim da Guerra Fria, e o avanço da globalização.

Primeiramente, com o fim dos grandes impérios coloniais não necessariamente deixaram de existir as estruturas e padrões impostos pelas metrópoles no processo de colonização. Apesar de novos Estados-nação surgirem eles continuavam a refletir muitas das divisões, modelos e conjuntura que foram construídos em função dos interesses de sua metrópole. Apesar de caracterizarmos esse momento como o fim das relações entre colonizador e colônia, isso não significa que os problemas do colonialismo estejam solucionados, utilizando o Brasil como um exemplo, a marginalização da população negra enquanto força de trabalho no momento após a abolição da escravidão em 1888 se arrastou por um longo período tendo consequências tangíveis ainda no século XXI. O fim do Imperialismo no entanto, dá lugar a uma nova forma de relação, não mais segundo a lógica da colônia e da metrópole, mas como forças contraditórias e desestabilizadoras dentro da sociedade pós-colonial, ou ainda com o novo sistema global. Nesse novo modelo, o controle de metrópole foi substituído por um sistema de poder assimétrico e globalizado, que se caracteriza pelo sistema desregulado de livre mercado e o livre fluxo de capital dominado pelo Primeiro Mundo (HALL, 2006, p.57).

A segunda mudança é o fim da Guerra Fria, tendo como principal consequência, não só a extinção da União Soviética, mas também a extinção do comunismo enquanto uma alternativa de modelo de desenvolvimento industrial; e o vazio de poder deixado pela ausência da URSS como grande articulador e influenciador no Leste Europeu e na Ásia Central. Este fenômeno suscitou uma política contínua dos EUA de instituir a “nova ordem americana” no Leste Europeu. Pretendiam a todo custo trazer os remanescentes da antiga URSS para o modelo econômico ocidental. Forçar essas sociedades ao modelo de mercado, desconsiderando sua falta de envolvimento cultural, político, social e institucional com o modelo ocidental, acabou por gerar problemas de desenvolvimento social. Estes por sua vez colaboram para o ressurgimento de velhos nacionalismos étnicos e religiosos, tornando-se agora questões também multiculturais.

A terceira mudança, é a globalização. O desenvolvimento das empresas multinacionais, os esforços dos países industrializados em diminuir as barreiras alfandegárias, a redução de distâncias, o surgimento de novos mercados financeiros, o crescimento de novas indústrias culturais suportadas por novas formas de tecnologia; essas são todas características da globalização contemporânea. Porém, o fenômeno da globalização não ocorre de maneira uniforme. Poderia se supor que num palco global diferentes atores teriam a possibilidade de serem vistos ou ouvidos de maneira mais “próxima”, porém, ocorre o contrário. O fenômeno da globalização acaba por asseverar as

desigualdades. Ao romper as barreiras nacionais o fenômeno da globalização levou a todos os cantos a presença econômica, cultural e política dos campeões do Ocidente, em especial os Estados Unidos.

Podemos perceber assim, que o contexto mundial no qual se insere o multiculturalismo é formado pela substituição das antigas relações coloniais pela influência dominante do capital estrangeiro tornando modelos econômicos ocidentais cada vez mais fortes e presentes dentro das sociedades pós-coloniais, isso também se manifesta numa confusão de interesses políticos e econômicos com rivalidades étnicas. Tudo isso sobre o pano de fundo da expansão do mercado global que se oferece como principal produto uma “cultura universal” caracteristicamente marcada por ser um tipo de americanização da cultura global.

De maneira contraditória à aparência de que cada vez mais a cultura global se tornava mais homogênea, ocorre uma proliferação das culturas subalternas ao mesmo tempo que se dá uma refração desse feixe ocidentalizante onde estas se apropriam à sua própria maneira dos elementos oferecidos pela cultura dominante. Segundo Hall, consiste num paradoxo da globalização, culturalmente as coisas parecem mais homogêneas, porém, ao mesmo tempo, ocorre essa proliferação das diferenças.

Culturalmente, elas (as culturas dominadas) não podem conter a maré da tecno-modernidade ocidentalizante. Entretanto, continuam a modular, desviar, e traduzir seus imperativos a partir da base. Elas constituem o fundamento para um novo tipo de localismo que não é auto-suficientemente particular, mas que surge de dentro do global, sem ser simplesmente um simulacro deste.(HALL, 2006, p.61)

A Multiculturalidade acaba também por se tornar uma característica dos sujeitos. Esse fenômeno pode ser interpretado como um possível resultado da peculiaridade pós-moderna das identidades, os sujeitos que antes possuíam uma identidade sólida, tornam-se fragmentados compostos por diversas identidades, refletindo dessa forma não somente o caráter multifacetado das sociedades, mas também do fenômeno de produção de sínteses culturais, um desdobramento da colisão entre o movimento de expansão da cultura de massa norte-americana com as culturas locais, que ainda que sejam incapazes de conter o avanço da primeira, acabam por pervertê-la em uma variedade singular à sua realidade. São mulheres, negras ou brancas, cristãs ou muçulmanas, de esquerda ou de direita, que assistem filmes de Hollywood tanto na Índia quanto na América do Sul.

1.2 Formas de Multiculturalismo

As condições de emergência do multiculturalismo demonstram que as sociedades se tornam multiculturais por motivos, e dentro de contextos, diversos. Seja por um movimento migratório pós-colonial para as antigas metrópoles, seja pela formação do Estado-nação abrigar diferentes culturas e etnias sob o mesmo “teto”, seja por um passado escravista, essas sociedades se constituem multiculturais e têm que enfrentar as questões oriundas de suas próprias peculiaridades históricas.

No exemplo brasileiro, o contexto histórico que precede uma das faces da peculiar multiculturalidade de nossa sociedade está profundamente associado ao racismo histórico e institucional brasileiro, logo alguns dos esforços teóricos de transpor a experiência do multiculturalismo para nossos trópicos se expressa numa tentativa de imbuir o ensino básico com estratégias anti-racistas. Esse esforço é perceptível tendo em vista a vasta bibliografia na área de Pedagogia acerca de Multiculturalismo e Educação (CANEN, 2002). Nesse caso a variedade do Multiculturalismo Crítico de Peter McLaren atende as expectativas do contexto brasileiro de atuar enquanto uma ferramenta emancipadora (MCLAREN, 1996).

McLaren, outro importante estudioso do multiculturalismo fundamenta suas pesquisas em torno do contexto e do debate acadêmico norte-americano acerca do multiculturalismo. Em seu texto “*White Terror and Oppositional Agency: Towards a Critical Multiculturalism*” pretende explorar as várias posições dentro do debate sobre multiculturalismo os quais caracteriza como conservador, liberal e liberal de esquerda (MCLAREN, 1996, p.47). Ressalta, entretanto que essas definições não são absolutas, mas são necessárias para através da análise do mapeamento de suas variedades desenvolver seu próprio conceito de multiculturalismo crítico. Abordaremos aqui brevemente as variedades apresentadas por McLaren.

O multiculturalismo conservador se manifesta de maneira muito alinhada com a ideia de monoculturalismo, como uma perspectiva colonial sobre os povos colonizados, entendendo-os como servos, escravos ou formas de entretenimento. Essa perspectiva é profundamente imbuída de um sentimento eurocêntrico e imperialista, reforçando a ideia do Destino Manifesto norte-americano, onde outras culturas foram privadas da benção do

modelo civilizacional ocidental. McLaren afirma ainda, que o multiculturalismo conservador pode ser visto como um desdobramento direto das doutrinas supremacistas brancas que enxergavam africanos como criaturas ao compará-los com estágios iniciais do desenvolvimento humano. Sob essa perspectiva, grupos étnicos fora da matriz ocidental são reduzidos a extensões à cultura dominante, porém, têm ainda que se submeter as normas Euro-americanas do país. Conseqüentemente, o multiculturalismo conservador não entende a cultura ocidental e a branquitude como uma forma de etnicidade, classificando-as como uma normalidade invisível, que serve como parâmetro comparativo para outras culturas. McLaren afirma ainda, que o argumento assimilacionista do multiculturalismo conservador postula que todo membro de qualquer grupo étnico tem a possibilidade de colher os benefícios econômicos das ideologias neocolonialistas, mas para isso devem ser culturalmente despidos. David Goldberg descreve o mesmo fenômeno:

Os Estados Unidos foram tomados em sua auto-representação dominante para ter um conjunto central de valores culturais e políticos, e assimilação significava abandonar todos aqueles valores “não americanos” para poder assumir aqueles que formariam um sujeito americano para a garantia de uma interpretação monocultural. Os valores centrais foram os da classe e cultura racial que historicamente se tornaram hegemônicos.(GOLDBERG, 2006, p.5)³.

Nessa mesma linha de análise Stuart Hall, reforça que o relacionamento entre a cultura dominante ocidental e de culturas diversas, na perspectiva do multiculturalismo conservador, se dá através da assimilação pelas culturas diferentes às práticas e tradições da maioria, dessa forma não é incomum que segmentos políticos preocupados com a integridade cultural das nações europeias justifiquem retaliações aos grupos de imigrantes na Europa com o argumento de que os migrantes “se isolam” ou “se recusam a assumir às práticas europeias”.

De maneira distinta, segundo McLaren, a perspectiva do multiculturalismo liberal acredita na existência de uma igualdade natural entre as diferentes “raças”, sendo elas iguais em termos de capacidade intelectual. É exatamente essa equivalência cognitiva

3 Tradução livre de “The United States was taken in its dominant self-representation to have a core set of cultural and political values, and assimilation meant giving up all those “un-American” values to be able to assume those that would fashion one American subject to the warrant of monocultural interpretation. The core set were those of the class and racial culture that historically had become hegemonic.

oriunda de todas as “raças” que permite que estas concorram igualmente dentro do sistema capitalista. Apesar da crença nessa igualdade intelectual, os adeptos ao multiculturalismo liberal admitem que há uma ausência de equidade nas sociedades, de forma que não existem oportunidades sociais e educacionais que permitam a todos competir igualmente no mercado capitalista. Acreditam, portanto, que a integração à sociedade majoritária juntamente a modificações nas restrições sociais, culturais e econômicas existentes podem atingir uma relativa equidade.

Uma das mais frequentes críticas aos seus signatários diz respeito à sua postura de ignorar que a manutenção ou a mera reforma das estruturas sociais e políticas como estão, fundamentalmente, acabam por beneficiar os grupos e classes que tradicionalmente sempre foram os privilegiados. Negligenciando assim, o fato de que as leis e estruturas jurídicas foram criadas de um ponto de vista que em geral, não contemplava grupos marginalizados da sociedade que também se veem excluídos dos ambientes de construção dessas estruturas. Dessa forma nega-se a historicidade de importantes elementos como o sistema judiciário, as leis, as práticas culturais, tornando esses elementos como dados naturais, porém são na verdade o resultado de um embate histórico de forças que estabeleceu o seu projeto de sociedade como vitorioso.

O multiculturalismo liberal de esquerda, por outro lado, foca nas diferenças culturais em detrimento da ênfase na igualdade natural das “raças”. O foco na igualdade, segundo seus adeptos, deixa de lado as valiosas diferenças culturais entre os povos que são responsáveis pelos mais diversos comportamentos, valores, atitudes, estilos cognitivos e práticas sociais. McLaren aponta que aqueles que seguem esta perspectiva tem uma tendência em essencializar as diferenças culturais, ignorando sua localização histórica e social, muitas vezes afirmando existir forma autêntica de ser um afro-americano no mundo.

Dentro desse contexto teórico Peter McLaren pretende formular uma alternativa a esses conceitos. Para escapar à lógica preestabelecida da ordem social, postula que não se pode assumir uma postura multiculturalista sem compromissos com uma mudança na agenda política. A ideia de Multiculturalismo crítico que pretende desenvolver parte do contexto de pensamento pós-moderno que entende sinais e significados como essencialmente instáveis e em constante mudança, sendo temporariamente definidos de acordo com contexto histórico e disputas discursivas.

Da perspectiva do que eu estou chamando de “multiculturalismo crítico”, representações de raça, classe, e gênero são entendidas como um resultado de lutas sociais maiores sobre signos e significados e dessa forma enfatizando não somente o jogo textual ou deslocamento metafórico como uma forma de resistência (como no caso do multiculturalismo liberal de esquerda), mas enfatiza a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são criados⁴. (McLaren, 1996. p.53)

Dessa forma o Multiculturalismo crítico ao abordar essas categorias representativas de maneira não consolidada, e sobretudo de forma contextual e relacional acaba por escapar a essencialização de ambas as vertentes liberal (ao fundamentar seu pensamento numa igualdade idealizada e não formal entre as diversas culturas) e liberal de esquerda (ao tratar a diferença como um objetivo positivo em si mesma, ao mesmo tempo que congela as possibilidades de troca cultural ao “congelar” as peculiaridades de um grupo cultural). Sob a perspectiva do multiculturalismo crítico a diversidade cultural deve ser afirmada dentro de uma política comprometida com a justiça social e a mudança das estruturas restritivas da sociedade e da política.

De acordo com McLaren, essa visão deve ter uma preocupação com a maneira que se interpreta a noção de “diferença”. Devemos combater a reprodução de estereótipos reducionistas de negros e latinos muitas vezes retratados como marginalizados. Segundo o autor, não se deve esquecer que a diferença é um produto da história, cultura, poder e ideologia, e devem sempre ser entendidas nos termos da especificidade de sua criação. Nesse sentido, o multiculturalismo crítico chama a atenção para formas de se tratar a diferença que não reproduzam a mesma lógica essencialista e estereotipada do monoculturalismo, fundamentando-se na ideia de que toda as representações são o resultado de lutas sociais entre significantes e seus significados. Dentro da prática do multiculturalismo crítico não basta rejeitar as práticas de caracterização pré-moldada do outro, é necessário intervir do processo de luta social de forma a impactar mudanças nas condições materiais, garantir o acesso a espaços sociais de exclusão, e transformar as relações de poder dominantes que limitam esses acesso de acordo com classe, raça, e gênero.

4 Tradução livre de “From the perspective of what I am calling “critical multiculturalism,” representations of race, class, and gender are understood as a result of larger social struggles over signs and meanings and in this way emphasizes not simply textual play or metaphorical displacement as a central task of transforming the social, cultural, and institutional relations in which meanings are generated.”

Essa é uma política cultural diferente de simplesmente restabelecer uma ordem hierárquica inversa de negros sobre brancos ou latinos sobre brancos. Em vez disso, é uma tentativa de transformar o próprio valor da hierarquia, seguido por um desafio às estruturas materiais que são responsáveis. pela sobredeterminação de estruturas de diferença na direção da opressão, injustiça e sofrimento humano⁵. (MCLAREN, 1996. p.58).

Michel Wieviorka, que também empreende uma análise ao fenômeno do Multiculturalismo, levanta a questão de duas dimensões distintas as quais o mesmo aborda. Uma diz respeito às desigualdades sociais e econômicas e a outra diz respeito ao reconhecimento. A última consiste em uma série de demandas de grupos minoritários que requisitavam que seus pontos de vistas fossem levados em consideração na história e no conjunto de valores que compõe suas nações. Essa dimensão teria impactos mais práticos no âmbito educacional, ao fazer justiça e demonstrar respeito a esses grupos, suas histórias, e seus valores pode-se, não somente incluí-los na narrativa histórica de suas nações, mas também colaborar com o estabelecimento de um sentimento de autoestima e autoconfiança à estudantes desses grupos minoritários.

Wieviorka, entretanto entende que ambas as dimensões, a do reconhecimento e das desigualdades sociais, não devem ser dissociadas dentro do empreendimento multiculturalista numa sociedade. Em suas análises de sociedades que foram submetidas na prática à políticas multiculturalistas e obtiveram resultados positivos sempre a questão socioeconômica e a questão cultural andavam de mãos dadas, o que Wieviorka chama de Multiculturalismo integrado.

Em muitos casos de sociedades com problemas étnicos é comum que a dimensão cultural seja deixada de lado, principalmente, quando se fala de grupos minoritários que sofrem com miséria e marginalidade econômica, problemas como baixa autoestima e falta de representatividade de fato parecem menos graves do que sua situação de privação. Porém, é exatamente por que esses grupos vivem uma situação de privação socioeconômica que eles têm dificuldade de autoafirmação e de se constituir culturalmente. Wieviorka afirma ainda que a probabilidade dos aspectos culturais de um

5 Tradução livre de "This is a different cultural politics than oe of simply reestablishing an inverse hierachical order of blacks over whites or Latinos over whites. Rather, it is an attempt to transform the very value of hierarchy itself, followed by a challange to the material stuctures that are responsible for the overdetermination of structures of difference in the direction of oppression, injustice and human suffering."

grupo minoritário que participa da vida econômica do seu país seja rejeitado ou ignorado é bem menor do que outros grupos que são marginalizados ou excluídos.

Wiewiorka concluí nesse caso, que o Multiculturalismo enquanto uma política que visa dirimir as tensões sociais das identidades culturais, só pode ter um impacto real na sociedade se for capaz de combinar a atenção à realidade social e aos aspectos culturais destes grupos, sob pena de pregar um discurso esvaziado acerca de reconhecimento cultural, frente a uma realidade de exclusão e marginalidade.

Apesar de todo esse debate entre perspectivas acerca do Multiculturalismo, gradativamente a crença em sua efetividade enquanto uma alternativa política esvaeceu. O abandono do ideário multiculturalista (que ocorre principalmente nos países que efetivamente experienciaram seu discurso como Europa, América do Norte e Austrália) é marcado não só pela oposição por parte dos alinhados à direita, mas também pelo abandono por parte da esquerda, em especial da social-democracia. Nesse próximo capítulo pretendemos abordar a aplicabilidade do modelo multiculturalista se é ou não viável e como se deu o processo que culminou com a descrença à sua proposta.

Capítulo 2. O Declínio do Multiculturalismo

Em 2011 uma matéria da BBC News alardeava o discurso do Primeiro ministro britânico David Cameron, “O Multiculturalismo de Estado falhou”⁶. Segundo o artigo, o Cameron argumentava que o Reino Unido necessitava de uma identidade nacional mais forte, que pudesse evitar que as pessoas se voltassem para o extremismo, assim como segundo o Primeiro Ministro, a doutrina do multiculturalismo estatal havia incentivado que as pessoas vivessem vidas separadas. Este é apenas um exemplo das várias manifestações acerca do suposto fracasso do multiculturalismo. Entretanto, um discurso político não é grande evidência sobre um movimento que vinha sendo discutido já há cerca de 40 anos.

Will Kymlicka aborda e problematiza esse fenômeno de reação na Europa contra o multiculturalismo e sua suposta derrota e recrudescimento. Segundo Kymlicka, esse retrocesso frente ao multiculturalismo desenvolveu-se de um medo dos grupos majoritários de que os avanços da diversidade passariam a ameaçar seu modo de vida, e

⁶ <https://www.bbc.com/news/uk-politics-12371994>

sua segurança econômica. Esse medo muitas vezes se materializa no crescimento e maior aceitação de grupos políticos nativistas à direita que rejeitam estrangeiros e direitos das minorias. Porém, o que marcaria o recuo do multiculturalismo na Europa e Estados Unidos seria o seu abandono também por parte dos grupos de esquerda. Esses grupos fundamentariam sua descrença na ideia de que o multiculturalismo falhou em resolver as causas fundamentais que motivavam a exclusão social, econômica e política dos seus alvos, ao mesmo tempo que teria contribuído para o isolamento de minorias.

As críticas aos modos de ação do multiculturalismo, acabaram por criar um grupo que se opõe ao seu ideário e propõe novas formas de lidar com a multiculturalidade das sociedades contemporâneas, os pós-multiculturalistas. Dentro do escopo deste trabalho não cabe dissertar sobre em que consiste esse movimento, mas já é suficiente assinalar que sua percepção do multiculturalismo, se não é das mais acertadas, está bem distante do que foi proposto pelos autores levantados neste trabalho.

“Na maior parte da literatura pós-multiculturalista, o multiculturalismo é caracterizado como uma celebração agradável da diversidade etnocultural, encorajando cidadãos a reconhecer e abraçar uma variedade de costumes, tradições, música e cozinha que existem em uma sociedade multiétnica”⁷ (KYMLICKA, p. 98).

Segundo essa perspectiva de multiculturalismo é devido postular que este ignora as desigualdades políticas e econômicas, e que ao incentivar a apreciação das diferentes culturas como produtos culturais, contribui em nada para a mudança da condição subalterna dos seus sujeitos na sociedade e da maneira que são incluídos na narrativa histórica. Da mesma forma que reforça uma noção de imutabilidade das culturas, ao definir quais práticas tradicionais são autênticas, acaba-se colaborando para a confirmação do status de grupos tradicionais de poder no interior de um grupo cultural. Minando assim grupos dissidentes, caracterizando-os como não representativos de suas próprias culturas.

Essas críticas seriam completamente válidas se a experiência do multiculturalismo se resumisse ao incentivo à música e a cozinha estrangeira, porém o objeto do multiculturalismo como um conjunto de valores norteadores de políticas públicas nunca foi

7 Tradução livre de “In much of the post-multiculturalist literature, multiculturalism is characterized as a fell-good celebration of ethno-cultural diversity, encouraging citizens to embrace the panoply of customs, traditions, music and cuisine that exists in a multi-ethnic society”.

somente este. Na perspectiva de Kymlicka, as críticas pós-multiculturalistas criam uma narrativa enganosa do que de fato se pretendia com multiculturalismo, ao descaracterizar suas experiências, exagerar seu abandono enquanto uma opção válida e perder de vista quais eram suas verdadeiras dificuldades e limitações.

Nessa mesma linha, um fator central que fundamenta sua argumentação sobre o relativo recrudescimento do multiculturalismo diz respeito a *quais* os grupos que motivaram que se instalasse o medo da desarticulação do modo de vida tradicional nas sociedades modernas. Para isso temos que dar um passo para trás.

2. 1 Experiências

A ascensão do multiculturalismo nas sociedades modernas acompanha um ideário de ampliação e avanço dos direitos humanos e de democratização da cidadania. Ou seja, até o fim da Segunda Guerra Mundial, as relações interétnicas eram caracterizadas por relações desiguais e antidemocráticas. Nesse sentido, o multiculturalismo propõe a construção de novos modelos de cidadania fundamentados nos direitos humanos.

De acordo com Kymlicka, temos assim três alvos ou demandas para a construção de novas maneiras de relacionamento. Os indígenas, as minorias nacionais e os imigrantes. O projeto era, em linhas gerais, garantir a todos esses três grupos reconhecimento cultural, redistribuição de renda e participação na vida política (entre outras demandas como controle de território para grupos indígenas, ou autonomia federal para minorias nacionais).

Entretanto, a argumentação do abandono do multiculturalismo enquanto uma alternativa política, não por acaso ignora os grupos indígenas e as minorias nacionais. Inclusive, segundo o autor, não houve recuo algum frente aos compromissos assumidos com os respectivos grupos. Mas, não se pode dizer o mesmo a respeito dos grupos de imigrantes, que nos últimos anos obtiveram considerável oposição a novas políticas multiculturais em seu benefício. Apesar disso, não é possível dizer que multiculturalismo direcionado para imigrantes é universalmente uma falha.

No trabalho de Wieviorka, este seleciona três países nos quais pode-se encontrar experiências concretas de multiculturalismo que obtiveram resultados relativamente positivos. São eles Canadá, Austrália e Suécia. No Canadá, o ponto de partida foi a

vontade de discutir a questão de Québec uma província canadense de forte influência francesa na cultura, língua e instituições. Por volta de 1965, o governo canadense decidiu substituir a política de biculturalismo, por uma política multicultural, abarcar a diversidade étnica do país, em vez de somente os grupos britânico e francês. O Multiculturalismo foi, assim, incluído oficialmente na Constituição canadense em 1982, se desdobrando em suporte a cultura e linguagem, uma educação contra a discriminação, pela igualdade de oportunidades em acesso ao emprego.

Muito da motivação do governo canadense ao empreender políticas multiculturalistas, era focado em encontrar uma maneira que permitisse que o governo evitasse uma bipolarização entre os grupos francófonos e anglófonos. Por consequência, esses fatores foram recebidos como parte da identidade nacional canadense sendo composta como um mosaico, tornando sua postura aberta e democrática frente as culturas minoritárias como parte de suas características nacionais.

No caso australiano o multiculturalismo não foi institucionalizado da mesma forma como ocorreu no Canadá. Por volta da década de 1970, sob uma administração trabalhista uma série de políticas intentavam uma reforma social, estas pretendiam atacar a desvantagem social e educacional dos imigrantes, assim como de grupos nativos, como os aborígenes australianos. Posteriormente o teor da experiência multicultural australiana foi em direção a uma sociedade coesa que respeita as tradições culturais diferentes grupos étnicos, que é formada por um conjunto abrangente de valores sociais, combinado com a valorização do interesse econômico e desenvolvimento do país (WIEVIORKA, 1998, p. 885). Apesar do afastamento do ideário multiculturalista por um governo federal conservador, governos estaduais passaram a adotar suas próprias medidas multiculturalistas.

A Suécia era um país que necessitava da presença dos imigrantes para seu crescimento, em especial finlandeses e iugoslavos. Sua experiência com multiculturalismo se fundamentou em três princípios básicos: igualdade no padrão de vida entre os grupos minoritários e o resto da população, liberdade de escolha entre identidade étnica e identidade sueca, e uma ideia de parceria, onde as relações de emprego entre suecos e imigrantes fosse benéfica para ambas as partes.

Não obstante essas experiências, politicamente o relacionamento com grupos imigrantes vem sendo uma questão delicada para lideranças políticas. Como podemos perceber no quesito multiculturalismo para imigrantes existem avanços e retrocessos, mesmo assim, na análise de Wieviorka pode-se considerar as experiências acima como

bem-sucedidas, ou que no mínimo produziram mais efeitos positivos do que negativos. Mas o que então causaria a situação dos imigrantes mais delicada do que em relação a outros grupos?

2.2 As pré-condições para a cidadania multicultural

Para consolidar o processo de cidadaniação democrática, por óbvio se espera um pano de fundo democrático, e uma sociedade que tenha um certo nível de vontade de conviver harmonicamente numa sociedade fundamentada no pluralismo. Tendo isso em vista, Wiewiorka e Kymlicka sugerem que para efetivação da estratégia multiculturalista estão implícitas certas pré-condições. Estas apresentam um paradoxo onde, quando presentes acabam por extinguir o problema antes mesmo que este seja apresentado. As experiências com multiculturalismo também permitem afirmar que países onde os conflitos interétnicos estão radicalizados costumam ter pouco resultado diante das ferramentas que o multiculturalismo pode oferecer. Isso se dá exatamente pela necessidade de haverem, para o sucesso do multiculturalismo, certas pré-condições, sendo as principais a dessecuritização do relacionamento entre o Estado e as minorias e um consenso sobre os direitos humanos.

De acordo com Kymlicka, a dessecuritização consiste no tipo de relação que o Estado mantém com grupos dentro de uma sociedade. Sendo assim, é improvável que o Estado mobilize recursos ou conceda poderes a grupos que poderiam conspirar contra o si mesmo ou colaborar com inimigos. No que diz respeito às minorias nacionais e grupos indígenas isso não costuma ser um problema, mas não se pode dizer o mesmo quanto a grupos imigrantes, principalmente grupos árabes e muçulmanos após os atentados de 11 de setembro. Nos países europeus e na América do Norte a dessecuritização é potencializada ainda pela existência da Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte), que na prática garante que países vizinhos permaneçam aliados. Exemplos fora da realidade ocidental corroboram esse argumento. Israel apesar de ser uma democracia consolidada, permanece tendo relações com sua minoria árabe em tons de segurança, tornando improvável qualquer tipo de política por parte do governo como reconhecimento de direitos, autorrepresentação ou autonomia governamental. Um sério desdobramento dessa questão consiste no tipo de comportamento que um Estado orientado segundo

diretrizes de segurança contra uma minoria assume, podendo culminar na violação da natureza das relações democráticas no que se refere ao grupo em questão.

O consenso sobre os direitos humanos é uma questão referente a preocupação que os Estados têm em relação às pessoas que irão se sujeitar as instituições dos grupos minoritários. Os Estados desconfiam que, a dúvida acerca da aceitação dos direitos humanos por grupos minoritários poderia se desdobrar numa situação onde instituições ou governos dessas minorias acabariam por criar ilhas de tirania dentro de seus territórios.

Outros fatores como imigração ilegal, o suposto peso financeiro dos imigrantes desempregados ao Estado de Bem-estar social, tradições iliberais de seus países de origem, assim como o preconceito racial acabam por asseverar o quadro desses países de atingirem qualquer efeito positivo através do multiculturalismo.

Essas precondições põem em pauta que as sociedades que tem resolvidas essas questões talvez já tenham resolvido os maiores problemas que dizem respeito à sua multiculturalidade. O irônico, no entanto, é que talvez as sociedades que não possuam as precondições citadas sejam as que mais necessitam das estratégias multiculturalistas. Apresentado este dilema, Kymlicka afirma que talvez o multiculturalismo não seja a melhor solução dentro de um contexto de violência iminente, entretanto ainda é uma importante ferramenta para garantir uma cidadanização democrática.

Casos como Brasil e Estados Unidos, no que diz respeito ao racismo contra pessoas negras são exemplos peculiares, pois não se enquadram no esquema de Kymlicka, em nenhum dos três grupos de imigrantes, minorias nacionais ou indígenas. Apesar de possuírem contextos históricos diferentes não se pode afirmar que nesses casos exista uma minoria sob supervisão em termos de segurança nacional, mesmo assim não são raros os episódios de violência por parte do Estado (ou não) contra cidadãos negros, motivados muitas vezes por esteriótipos construídos que são veiculados na mídia, no imaginário dessas sociedades e reforçados pelas instituições. Junto com isso a desqualificação de elementos culturais e a exclusão da narrativa histórica colaboram para um quadro de exclusão desses grupos, principalmente se inseridos em uma realidade de fragilidade econômica. Em contextos como este, a efetividade do multiculturalismo pode ser consideravelmente maior, pois este pode proporcionar meios para garantir o acesso a espaços aos quais essas comunidades estavam antes excluídas, assim como fortalecer a autoestima cultural desses grupos ao tornar visível suas contribuições culturais dentro da história de suas sociedades.

Capítulo 3. A Lei 10.639/03, e as ações afirmativas, um projeto de multiculturalidade à brasileira.

A Lei 10639/03 institui a obrigatoriedade nos segmentos de ensino fundamental e médio, nas redes pública e particular, do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira. De acordo com Márcia Pereira, essa lei vem como resultado de uma série de lutas, pressões e mobilizações dos movimentos negros no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, juntamente a constatação de pesquisadores sobre a situação precária educacional na qual os alunos negros se encontravam, de deficit e evasão. Sob a perspectiva dos movimentos, a desigualdade social da sociedade brasileira que se manifestava dentro do ambiente escolar e a falta de divulgação e valorização de elementos da cultura negra eram elementos de grande relevância no desempenho de alunas e alunos negros nas escolas. Com isso o projeto tinha como objetivo empreender a expansão do conhecimento da cultura africana e a divulgação do seu legado cultural, assim como (re)construir o esteriótipo estabelecido sobre essas culturas desvencilhando-as da tradição cristã brasileira de demonização dos aspectos culturais que se desdobravam da matriz africana. Tornando, assim, não somente os alunos, mas a sociedade menos refratárias à diversidade étnico-racial.

3.1 Antecedentes

Pensar os antecedentes e conjunturas que gerassem a demanda para a lei 10.639/03, implica em pensar na trajetória dos afro-brasileiros desde antes da existência do Brasil enquanto uma nação, isso pois a experiência do afro-brasileiro foi a de exploração e de descaso pelo Estado durante a maior parte da história do Brasil. O debate acerca da escravidão no final do século XIX foi marcado pela disputa entre setores abolicionistas, emancipacionistas e escravistas. Entre os abolicionistas vários nomes importantes figuraram como José do Patrocínio, Luís Gama, André Rebouças, Castro Alves e um que ficaria marcado por sua luta abolicionista, Joaquim Nabuco. De acordo com Maria José de Resende, seu ativismo seria marcado por uma radicalidade reformista.

Radical, ao passo que questionava a legalidade da propriedade dos escravizados, a instituição da escravidão e todos os males sociais gerados por essa última; e reformista, quando pretendia que a mudança social ocorresse guiada pelo parlamento. Nabuco era bastante refratário a ideia de a escravidão ser suprimida no Brasil através de uma guerra, ou uma insurreição, logo, trazia para si e seus pares enquanto legisladores a tarefa da emancipação ainda que radical, mas regulada pela lei. O projeto que foi aplicado, no entanto, diferia em muito da ampla ressocialização que Nabuco tinha em mente, talvez exatamente pelo fato deste projeto estar alienado da participação popular.

O modelo de transição emancipacionista, que era apoiado pelo imperador, estava determinado em minar qualquer possibilidade de mudança profunda na sociedade seguindo as diretrizes abolicionistas. Com isso o sofrimento das populações afro-brasileiras escravizadas não termina com sua libertação quando ocorre a assinatura da Lei Áurea. Agora recém-libertos, não tinham lugar ou serventia dentro daquela sociedade, tendo em vista que a mão de obra que o país necessitava passou a ser “importada” da Europa. Não por acaso, essa “importação” ressoava com uma mentalidade de tirar o país de sua situação atrasada, e a mestiçagem era um desses elementos que se queria eliminado através do branqueamento de sua população.

Poucas foram as políticas estatais realizadas no sentido de amparar as populações recém-libertas, e essa permanece por muito tempo sendo a tradição do Estado brasileiro no tocante as populações negras. Já no século XX a elaboração do discurso da democracia racial quis criar como elemento central da nacionalidade brasileira o caráter mestiço do seu povo, entretanto o movimento negro da década de 1930 denuncia a superficialidade do discurso nacional e aponta para a necessidade de integração do negro à sociedade. Entre as reivindicações estava o acesso dos afro-brasileiros ao sistema de ensino. Já na Constituição de 1988 uma série de compromissos são tomados com grupos étnicos marginalizados, como por exemplo o reconhecimento das comunidades indígenas e quilombolas em seu texto. Uma série de políticas inclusivas para afro-brasileiros e indígenas são adotadas, e o país é repensado como pluricultural e pluriétnico.

3. 2 Desafios

Nesse contexto a lei 10.639/03 surge como uma ferramenta para a construção da etnicidade afro-brasileira no espaço escolar, visando divulgar a cultura produzida por grupos que se identificam com afro-brasileiros como produtores de saberes relevantes

para a vida social da nação. Maria Alice Gonçalves pontua que essas mudanças não foram recebidas de maneira positiva amplamente na sociedade brasileira. Temas como a política de cotas no ensino superior⁸ e nos concursos públicos⁹ foram bastante controversos quando da sua implementação, e ainda hoje são assuntos que não foram completamente pacificados em diversos setores da sociedade. Muitos grupos se manifestaram a cerca da política de cotas nas universidades públicas, a maioria concordava que deveriam haver reformas no ensino básico que garantissem sua qualidade, porém, o consenso não se estendia à racialização¹⁰ das políticas sociais e conseqüentemente da sociedade brasileira. O que para uns significava justiça social e ampliação de oportunidades, para outros significaria a instauração de conflitos raciais onde nunca houve. O temor desses setores era trazer conflitos característicos de sociedades mais polarizadas racialmente, como a estadunidense, para terras brasileiras. Essa linha de raciocínio era bem comum na época em que as leis eram elaboradas, em geral compartilhada por setores das classes mais abastadas da sociedade.

Um exemplo figurativo é o livro lançado em 2006 “*Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor*”, de Ali Kamel, sociólogo e diretor de jornalismo da Rede Globo. O livro surge do estarecimento de seu autor com a possibilidade da aprovação da política de cotas no governo Lula, que segundo Kamel incentivava a divisão do país entre brancos e não brancos. Segundo o autor, o Brasil era um exemplo mundial de integração por ser caracterizado por sua população miscigenada, porém devido à reserva de vagas para alunos negros, gradativamente se via uma diminuição da categoria demográfica dos pardos. Kamel denuncia ainda que esse pensamento haveria surgido com sociólogos da década de 1950, entre eles o ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, que rompiam com a perspectiva de democracia racial, onde o fato da miscigenação do povo brasileiro seria atestado suficiente para nosso anti-racismo. Por fim o jornalista aponta para a armadilha na qual

8 A lei 12.711 de agosto de 2012 institui política de cotas nas universidades públicas do Brasil, apesar de algumas universidades já adotarem o sistema previamente, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro que foi a primeira instituição de ensino do país a adotar o sistema de cotas racial em 2003, seguida pela Universidade de Brasília, primeira federal a adotar o sistema em 2004.

9 A lei 12.990 de junho de 2014 instituiu a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos.

10 Sempre que utilizarmos o termo “racialização” neste trabalho nos referimos a orientação das políticas públicas ou educacionais segundo parâmetros étnicos, ou seja, políticas orientadas para grupos étnicos específicos.

consiste ressuscitar o conceito de raça, já negado pela ciência. Segundo dados que apresenta (àquela época), o maior grupo demográfico de pessoas em situação de pobreza é o grupo dos pardos, logo as ações sociais deveriam ser orientadas por classe e não por raça, substituindo assim a política de cotas por uma educação básica de qualidade.

Contida nesse tipo de argumentação é perceptível nos não-ditos e em suas entrelinhas uma certa resistência em assumir a etnicidade negra, por muito tempo a realidade da mestiçagem aliada ao discurso nacionalista da democracia racial da nação mestiça afetaram a autopercepção das pessoas pardas. Fruto de uma política eugenista de embranquecimento sem sucesso, estas passam a ocupar um não-lugar, um “estágio evolutivo” entre o objetivo ideal de uma sociedade livre do povo negro, e da sociedade do final do século XIX onde negros e pardos somavam 58%¹¹ da população brasileira. Parece que em sua argumentação Kamel pretende desviar o olhar a população negra (que de acordo com os números que apresenta são a minoria da população brasileira), evita tratá-los enquanto uma categoria, e sugere que não há necessidade de uma política racializada particular ao grupo. O estarrecimento de Kamel traduzido nos esforços de reunir diversas colunas que escreveu contra a adoção do sistema de cotas em um livro, temendo a racialização do país, só poderia vir de alguém que era completamente alienado à realidade de marginalidade das populações negras, em especial aos números relativos a educação. Segundo dados do IBGE, o percentual de pessoas negras diplomadas no ano 2000 era de 2,2% antes da adoção da política de cotas contra 9,38% de pessoas brancas diplomadas, em 2017 a porcentagem de negros diplomados sobe para 9,3%, porém ainda defasada em relação à população branca que atingira 22,9%. No quesito educação básica os números são mais alarmantes, onde 48,9% da população negra se encontram sem instrução e/ou ensino fundamental incompleto, contra 33,5% de pessoas brancas (AGÊNCIA BRASIL, 2018). Frente a esses números é impossível não concordar com a ampliação do ensino básico no Brasil, porém, o acesso as universidades é parte importante desse processo. A presença de acadêmicos negros pautando uma educação inclusiva e transformadora é essencial para o sucesso de medidas como a lei 10.639/03, não somente enquanto pessoas que viveram a marginalização, mas também como exemplos de representatividade nos espaços de construção de conhecimento.

11 Números retirados da primeira operação censitária do Brasil de 1872

Sob a perspectiva do multiculturalismo, não é nenhuma novidade que o ambiente escolar seja um palco para discussões acerca de mudanças de diretrizes com o intuito de construir um ambiente mais democrático e inclusivo. Como já discutimos anteriormente com base nos estudos de Wiewiorka, o reconhecimento cultural é um elemento importante, em especial no âmbito educacional, pois garante que através do reconhecimento do papel das culturas dentro da construção da sociedade, seus componentes sintam-se parte do coletivo social incentivando processos de autoafirmação e autoestima. Dessa forma, a lei 10.639/03 pretende trazer ao dia a dia escolar a cultura e colaborações que o povo negro trouxe a sociedade brasileira.

Os posicionamentos contrários as políticas sociais racializadas frequentemente tem como fundamento a crença na democracia racial, que acaba por mascarar as desigualdades entre os diferentes grupos étnicos. Outro posicionamento comum defende que o ambiente escolar não deva ser permeado com particularismo étnicos e sim permanecer como um espaço de universalidade. Essa perspectiva parte da postura (já criticada por McLaren) que a experiência da escola iluminista universalista é destituída de seu caráter cultural, e conseqüentemente, étnico e eurocêntrico, defendendo assim a exclusão de algumas particularidades étnicas, negras e indígenas; em detrimento de outras, europeias e ocidentais. Essa prática segundo Maria Alice Gonçalves

(...) “acaba por negar valores, costumes e saberes de outros grupos e suas respectivas culturas, diminuindo as possibilidades de trabalho com uma pedagogia multicultural, que promova em seu interior relações baseadas no respeito e na igualdade de condições entre os diferentes grupos presentes na sociedade brasileira.”(GONÇALVES, 2013 p.40)

Renato Nogueira nos apresenta uma importante reflexão com objetivo de elaborar uma pedagogia da pluriversidade. O autor sugere que a tradição da razão ocidental e as pretensões do universalismo iluminista, são tão etnicamente marcados quanto quaisquer outros modelos filosóficos de outros povos. A partir daí Nogueira oferece o conceito de pluriversalidade (em detrimento da universalidade) como uma maneira de transpor verdadeiramente a maneira pela qual a epistemologia ocidental subjuga os conhecimentos e as maneiras de conhecer de outras culturas. Também alinhado com esta perspectiva está McLaren ao afirmar que é necessário para empreender um ambiente que permita a cidadanização dos sujeitos subalternos que a cultura da branquitude perca seu status de isenta de etnicidade, e seja posicionada enquanto um

resultado dos processos históricos que a construíram e não uma abstratividade reguladora que paira sem vínculos com a história.

Um outro argumento usado particularmente na conjuntura brasileira (e também presente no livro de Ali Kamel) diz respeito à polarização racial da sociedade, onde a introdução do debate racial formaria um ambiente dividido racialmente. Gonçalves postula que essa perspectiva incide em dois erros: primeiro, as relações étnico-raciais presentes no ambiente escolar e acadêmico existem antes da introdução das medidas de ampliação ao acesso as universidades e das medidas relativas a lei 10.639/03, seja pela ausência de referenciais positivos, ou pela estereotipificação de seus semelhantes, logo não cabe responsabilizá-las pela racialização do ambiente escolar; e em segundo lugar, é um erro pensar que os desdobramentos da introdução da lei 10.639/03 serão sentidos apenas pelos estudantes afro-brasileiros, já que o projeto visa abordar a história brasileira de maneira mais abrangente e inclusiva, com um melhor entendimento da colaboração dos diferentes grupos no processo de construção do país. Entretanto, os desafios para a construção de uma sociedade menos desigual e que respeite a diversidade cultural, mesmo no que diz respeito a obrigatoriedade ao ensino de África estão para além do ambiente escolar.

Hoje, 16 anos após a instituição da obrigatoriedade do ensino de África, as questões antes controversas permanecem não pacificadas. Junto a isso cada vez mais uma velha questão continua a ser levantada acerca das relações étnico-raciais na sociedade brasileira, esta diz respeito a discursos que circulam em ambientes populares ou que são disseminados por redes sociais afirmando a negação da existência de racismo ou de estruturas racializantes dentro da sociedade. Alguns defensores dessa perspectiva acreditam que a situação social das populações negras atualmente não tem relação com o passado escravista e eugenista brasileiro. Como já vimos, essa perspectiva ignora uma série de elementos e conjunturas em volta do momento da abolição da escravidão que demonstravam o descaso pelas populações negras no Brasil. Isso tem se manifestado nas discussões hoje através de um desconhecimento generalizado sobre a história da população afro-brasileira, sobre elementos de sua cultura e religiosidade. Esse desconhecimento se desdobra em uma estereotipagem dos elementos da cultura africana e afro-brasileira frequentemente baseada em preconceitos ou no mínimo numa visão equivocada acerca de seus elementos.

Todo esse discurso ocorre no contexto da pós-verdade¹² e de um forte sentimento social avesso a conceitos como direito das minorias, o ideal politicamente correto e direitos humanos. A aversão na maioria das vezes motivada seja por uma perspectiva enviesada desses conceitos, seja pelo desconhecimento do significado dos mesmos, com um tempero de insatisfação com a situação política, social e econômica brasileira e a já vista temeridade das camadas sociais superiores que a ampliação de direitos relativos a diversidade e acesso de outros grupos pudesse impactar negativamente em seu *status quo*. Nesse ínterim, o valor da divulgação da história africana e dos afro-brasileiros passa a ter um peso consideravelmente mais importante para construção de uma sociedade justa, inclusiva e democrática.

Considerações Finais

Atualmente a terminologia do multiculturalismo traz consigo uma série de significados subjacentes, entretanto, esses significados dizem respeito a experiências totalmente diversas uma das outras. A experiência estadunidense, a experiência francesa e a experiência brasileira de multiculturalidade, se originam de contextos diferentes e enfrentam, cada uma, problemas e desafios distintos. O que costuma ser comum a todas as sociedades é o convívio com a diferença étnico cultural e os desafios e desdobramentos que se sucedem. A experiência de multiculturalismo europeia e estadunidense por exemplo, foram as primeiras a serem realizadas e conseqüentemente enfrentam mais resistência por grupos políticos e populares, principalmente se comparada com a experiência multiculturalista brasileira, de certa forma ainda jovem. O contexto estadunidense e europeu de guerra ao terror a partir do início da década de 2000 colaborou imensamente para uma mudança de relacionamento com o caráter multicultural das nações do atlântico norte. O discurso acerca da falha da estratégia multiculturalista ainda hoje alimenta diversos grupos políticos que temem que a Europa seja dominada por estrangeiros, e que a tradição cultural europeia seja substituída. Mesmo que como Kymlicka tenha demonstrado que os compromissos estatais frente a maior parte dos grupos minoritários não tenham sido abandonados.

Esse mesmo contexto, no entanto, não necessariamente se replica em outros países que não experienciaram o mesmo contexto, como Brasil. Ainda que a globalização muitas

12 Conceito que diz respeito a situação na qual fatos objetivos têm menos influência que as emoções ou as crenças pessoais na criação da opinião pública.

vezes importe alguns desses discursos, eles têm pouca ressonância dentro de uma sociedade que pouco se relaciona com seu apelo. No caso brasileiro de enfrentamento ao racismo e de construção de uma sociedade menos desigual e inclusiva aos índios brasileiros e populações negras, foram adotadas as medidas legais de ampliação ao acesso do ensino superior, de instituição da obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira. Essas políticas se mostraram positivas, os números relativos ao acesso à educação superior de pessoas negras mostram avanço considerável através da política de cotas, ainda que os números não tenham atingido o mesmo percentual de pessoas brancas. A diferença dos resultados de pesquisa após cerca de 10 anos da implementação das políticas de acesso ao nível superior de educação e do desempenho da educação básica no mesmo período salta aos olhos, devido as altas taxas de pessoas negras sem instrução e ensino fundamental incompleto. Talvez, de fato, fossem válidas as críticas sobre a baixa efetividade de uma política de cotas sem estar aliada a uma reforma na educação básica.

No que diz respeito a lei 10.639/03, foram realizados diversos cursos de formação continuada para profissionais atuando no cotidiano escolar, assim como produção de materiais que visavam oferecer ferramentas no trato pedagógico das relações étnico-raciais, porém, frente ao tamanho da rede de mais de 170 mil de estabelecimentos escolares na educação básica, as iniciativas se mostram insuficientes. Nas palavras de Maria Alice Gonçalves, ainda é necessário falar de raça ou etnia no Brasil do século XXI, tendo em vista que os processos políticos, econômicos e culturais que se sucederam desde a abolição da escravidão ainda afetam nossa população hoje. Entretanto, é possível perceber que a consciência sobre temas como racismo e exclusão social têm um espaço importante no debate político, e apesar de sofrer resistência, cada vez mais têm sido bem recebido pela população.

No tocante à análise pretendida nesse trabalho, sobre a validade do ideário multiculturalista podem-se tecer várias críticas às medidas políticas que são resultados das deliberações multiculturalistas. Sansone por exemplo, traz a atenção ao fato de em muitas das políticas multiculturalistas a categorização de grupos para a implementação dessas políticas acaba por promover um encaixotamento dos sujeitos em grupos étnicos e as políticas orientadas por grupo gerando áreas de sombras, causando assim o privilegio de uns em detrimento de outros (SANSONE, 2003). Outro problema seria oriundo das condições que uma sociedade necessitaria para que as medidas multiculturalista pudessem surtir efeito.

Mesmo assim, acreditamos que o multiculturalismo apesar de suas limitações e desafios pode ser uma resposta a uma pergunta que tem diversas faces, uma vez que inclui um número de dimensões que na prática não podem ser separadas. É portanto um desafio o estudo do multiculturalismo, pois em última instância, as experiências interculturais serão pautadas de acordo com o contexto na qual estão inseridos. Sendo assim, não se deve esperar que no estudo do campo de estudos do multiculturalismo se obtenha algo como um manual adaptável a contextos diversos. Seu valor se encontra, portanto, nos esforços da democracia levar em consideração diferenças culturais, algumas que se formam dentro de grupos estáveis e que possuem reconhecimento e outras dentro de grupos não-estáveis mas, que demandam ser reconhecidos. Ele é uma alternativa para sociedades marcadas pela exclusão e desigualdade de desenvolver em seu seio, novos modelos de cidadania democrática fundamentados nos direitos humanos. O multiculturalismo demanda que o reconhecimento cultural seja posto na agenda política, seja discutido e facilitado. Ele deve encontrar formas de garantir que os sujeitos subalternos façam parte da narrativa e do tecido da sociedade.

Fontes e Bibliografia

CANEN, Ana; OLIVEIRA, Angela M. A. de Oliveira. Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2002 nº 21.

Censo Populacional de 1872. Acessado em Agosto de 2019: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento%20do%20Brazil%201872.pdf>

GOLDBERG, David. Introduction: Multicultural Conditions. In: GOLDBERG, David et al. Multiculturalism: a critical reader. Cambridge, USA: Basil Blackwell, 1994.

GONÇALVES, Maria Alice Resende; PEREIRA, Vinícius de Oliveira. O Contexto Histórico das Políticas racializadas e a emergência do discurso “racializado” no sistema de ensino: As possibilidades e desafios da Lei 10.639/03 Revistas Teias, 2013, v.14 n.34, p33-48.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006 [1992].

_____. A questão multicultural. In: Da Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003 [1980] p.131-159.

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1996.

KAMEL, Ali. Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KYMLICKA, Will. The rise and fall of multiculturalism? New debates on inclusion and accommodation in diverse societies. Disponível 03/08/2019 em: https://www.academia.edu/37841598/The_rise_and_fall_of_multiculturalism_New_debates_on_inclusion_and_accommodation_in_diverse_societies_2010.

Lei 10.639/03. Acessado em Agosto de 2019 em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm.

Lei 12.711/12 Acessado em Agosto de 2019 em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm.

Lei 12.990/14. Acessado em Agosto de 2019 em:
http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Ato2011-2014/2014/Lei/L12990.htm.

MCLAREN, Peter. White Terror and Oppositional Agency: Towards a Critical Multiculturalism. In: GOLDBERG, DAVID et al. Multiculturalism: a critical reader. Cambridge, USA: Basil Blackwell, 1994.

NOGUERA, Renato. Denegrindo a educação: um ensaio filosófico para uma pedagogia da pluriversalidade. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 18: maio-out/2012, p.62-73.

OLIVEIRA, Ozerina Victor; MIRANDA, Cláudia. Multiculturalismo crítico, relações raciais e política curricular: a questão do hibridismo na escola Sarã. Revista Brasileira de Educação. Jan/Fev/Mar/Abr 2004 nº 25.

PEREIRA, Márcia Moreira; SILVA, Maurício. Percursos da Lei 10639/03: Antecedentes e desdobramentos. Acessado em Agosto de 2018:
<https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/23810/14010> .

REZENDE, Maria José de. A situação do Negro no Brasil no Final do Século XIX e no Início do século XX: As reflexões de Joaquim Nabuco e as de Manoel Bomfim. Dossiê: Relações Raciais e Diversidade Cultural, 2014 v.4 n.1

SAID, Edward W. Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANSONE, Lívio. Multiculturalismo, Estado e Modernidade – As Nuanças em Alguns Países Europeus e o Debate no Brasil. DADOS-Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 46, nº3, 2003, pp. 535-556.

_____ Que multiculturalismo se quer para o Brasil? Cienc. Cult. vol.59 no.2 São Paulo Apr./June 2007.

WIEVIORKA, Michel. Is Multiculturalism the solution? Ethnic and Racial Studies Volume 21 Number 5 September 1998. p.881-910.

ZORZI, José Augusto. Estudos Culturais e Multiculturalismo: uma perspectiva das relações entre campos de estudo em Stuart Hall. Porto Alegre: UFRS, 2012.